

## **Lacerda na Guanabara**

Cumprem-se agora os 42 anos do governo Carlos Lacerda na Guanabara. Conhecido em todo o país pela sua polêmica trajetória política, a sua outra face, de administrador competente, acabou tornando-se mais restrita ao público carioca que o tem muito presente na sua memória, tanto que se tornou o patrono das últimas quatro eleições municipais. E por um motivo muito simples: o carioca ainda hoje, ao andar pela cidade, tropeça nas realizações efetuadas naquele período. Pergunte a qualquer taxista ou a algum aposentado em fila de banco. Pegue uma via expressa como a Radial Oeste, um túnel como o Rebouças, abra uma torneira para lavar o rosto, vá assistir um concerto na sala Cecília Meireles ou dar uma corrida no Parque do Flamengo. E a medida em que os anos passam e o Estado do Rio e a sua bela Capital definham, mais forte se torna a evocação ao governo Lacerda.

Para explicar todo um conjunto de obras não faltaram versões, que se cristalizaram na historiografia e que de alguma forma minimizaram o esforço empreendido. A mais comum entende que, sendo o principal opositor do governo Goulart, Lacerda se tornou o principal destinatário da ajuda econômica que o programa “Aliança para o Progresso” proporcionava à América Latina. Depois de março de 1964 os benefícios teriam vindo de um regime militar que ajudara a entronizar. Fugindo das representações e apoiando-se numa análise cuidadosa feita na ponta do lápis com as contas do período chega-se a outras conclusões. A famosa ajuda americana foi responsável por apenas 5% das receitas e o governo

Castello Branco não só não ajudou como foi especialmente nocivo para a economia da Guanabara. Na verdade, 90% dos recursos vieram do próprio estado que conservou a mesma estrutura fiscal do antigo Distrito Federal.

Qual foi o segredo? A montagem de uma administração pública moderna, gerencial, e uma política de tolerância zero com o clientelismo. Aplicaram o princípio da centralização normativa e descentralização executiva; foram pioneiros na adoção do orçamento programa; instituíram a admissão obrigatória por concurso e a meritocracia com tal rigor e obstinação que chegaria a ser anedótica se, de fato, não tivesse produzido resultados expressivos na administração de pessoal, na ascensão do banco estadual e na educação primária. Esse “capital da radicalidade” fazia parte do modo como Lacerda concebia o jogo político e era um contraponto da política patrimonialista e clientelística característica da aliança PTB-PSD que era praticada de forma especialmente intensa no Rio de Janeiro.

Depois de longo anos de feroz oposição, a *metralhadora giratória* chegava ao poder em 1960 com um imenso telhado de vidro, tendo à espreita, prontos para o revide, uma coleção de adversários que fora amealhando. Consciente de que sua única alternativa era realizar, debruçou-se sobre o estado recém-nascido e superou o desafio, a tal ponto, que hoje o carioca se pergunta: porque ninguém mais fez o que ele fez?

Não houve magia, não houve soluções deslumbrantes. Adotaram a agenda que havia na época, aquilo que no fim dos anos 50 era unanimidade entre especialistas e associações de classe. Protegida de influências perniciosas, do

pistolão, do favoritismo, a máquina pública acabou por mostrar do que é capaz. O paquiderme ensaiou passos de valsa e ganhou eficiência.

Podemos destacar, como um dos projetos característicos dessa reforma administrativa, desse modelo que foge da tradicional política da clientela, os resultados obtidos no campo do saneamento básico, em concreto, o esgoto sanitário. Todos sabemos que esse tipo de obra não dá voto. A própria amiga de Lacerda, Lota Macedo Soares, responsável pelas obras do Parque do Flamengo fazia questão de recordar-lhe que quando as pessoas fossem apertar o botão da descarga não iriam lembrar dele. Para compreender o alcance da empreitada, é preciso recordar que o esgoto chegou na capital do império em 1857, pela empresa inglesa “City”. Em 1900 a rede atingia o bairro do Encantado na região suburbana da cidade. Sessenta anos depois ali continuava. Em cem anos foi construída uma rede de 1.000 km, na sua maior parte anterior às décadas de trinta e quarenta. Em apenas cinco anos aquele governo expandiu a rede em 600 km, ou seja, 60% de tudo o que fora feito em um século, com uma ajuda do Banco Mundial que representou 20% do investimento total. Com exceção da construção do emissário oceânico na zona sul, o subúrbio foi a região que recebeu a quase totalidade desse benefício. Não deixa de ser irônico que o governador “assassino do pai dos pobres” tenha feito o que outros governadores “mais amigos dos pobres” não fizeram. Se quisermos uma comparação, o atual projeto de despoluição da Baía de Guanabara, após mais de dez anos, com metade dos recursos provenientes do mesmo Banco Mundial, construiu apenas 10% do que deveria ter sido feito. Os atrasos no cronograma das obras se tornaram tão

frequentes que as parcelas do Banco Mundial acabaram sendo suspensas e três multas foram aplicadas pelo mesmo. A imprensa carioca alertou para o fato de que quase um US\$1 bilhão foram para o “esgoto”.

A democracia atualmente não dispõe de meios para proteger a administração pública do parasitismo político. Ela é refém de interesses partidários e particulares. Esse antagonismo não é intrínseco, os interesses não são necessariamente conflitantes. É possível realizar um projeto político-partidário e trabalhar com uma administração gerencial. É uma pena que o político brasileiro não sabe usar a galinha de ovos de ouro. Prefere matá-la e comê-la.